

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 155

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 040ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE OUTUBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Antonio Carlos Belinati.

Às dezessete horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3529

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do item 02, Proposição de Veto nº 058/2001, de Projeto de Lei nº 052/99, da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 3526

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a discussão e votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3526, de autoria do senhor deputado Durval amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Solicito ao deputado Irineu Colombo que pudesse assumir a presidência no nosso lugar, porque tem um projeto de nossa autoria e de sua também, que está na Ordem do Dia, e tem uma proposição de votar em destaque este projeto. E eu gostaria, então, de fazer a sua defesa.

O SR. IRINEU COLOMBO

Gostaria de encaminhar o requerimento, e em seguida, assumirei a presidência.

Senhor presidente, eu gostaria, então, de fazer o encaminhamento da votação contrário ao requerimento, pelo seguinte motivo: nós percebemos no plenário a presença de um número um pouco superior a 30 deputados, quem sabe, e nós precisamos, para derrubar o veto do Governo, de 28 votos Não. Condição em que nós da Oposição e alguns deputados da Situação, que estão aqui para votar, inclusive em favor de seus projetos, óbvia e matematicamente tem dificuldades, porque a Casa não está toda prestigiada.

Minha vontade pessoal é transferir essa votação para uma ocasião em que a Casa estivesse cheia para fazer o bom debate e ter as condições numéricas de reprovar o veto.

Portanto, quero pedir a esta presidência que cumpra o Regimento Interno, de sua vez, porque nós temos projetos de suma importância, como o do deputado Ângelo Vanhoni que institui o ensino de filosofia, inclusive projeto de igual teor já está tramitando em esfera federal e o Governo também está estudando se veta ou não.

Nós, do Estado do Paraná, precisamos garantir. Também o projeto do deputado Augustinho Zucchi, meu e do deputado Carlos Simões, que trata das normas sanitárias para a elaboração de produtos agroartesanais, um projeto muito importante para a agricultura paranaense; do deputado Antonio Carlos Belinati que privilegia nos concursos públicos, conforme manda a Constituição, a reserva de vagas para as pessoas portadoras de deficiências, também o projeto que nós aprovamos na Casa com relação ao Estatuto da Polícia Civil, que tem o veto parcial e ainda do deputado Péricles Mello, prefeito de Ponta Grossa, que trata da isenção para a concessão de cédulas de identidade.

Eu queria senhor presidente, na verdade, que essa Sessão terminasse. Nós temos que ter um grande número de deputados aqui para podermos aprovar esse projetos que nas condições colocadas em plenário, nós não temos voto suficiente para derrubar esses projetos. Portanto, quero votar contrariamente a esse requerimento e que votemos uma por uma as matérias, para termos a chance inclusive de derrubar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. se pudesse assumir, deputado Colombo, a Presidência, para que pudéssemos fazer a defesa desse projeto.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Eu, já de comum acordo com o nosso líder do Governo, propus a ele, a retirada do projeto de Lei nº 058/2001, de minha autoria, deputados Zucchi e Irineu Colombo. Estamos em comum acordo e encaminho o requerimento à Mesa, neste instante, para que seja retirado o projeto de votação e discussão, neste momento, para que oportunamente possamos derrubar o veto. Quando a Assembléia estiver com a presença maior, discutiremos e votaremos na hora correta.

Proponho o requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Estou consultando a assessoria, para essa informação, com relação à possibilidade de retirada ou não de vetos. A assessoria me informa que não.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de fazer uma colocação, com relação a esse projeto. É impossível, deputado Colombo, V. Exa. que está na presidência, na Casa, analisarmos conjuntamente esse projeto. O deputado Carlos Simões e V. Exa. lembram do processo que discutiu esse projeto de lei. Aliás, todos nós sempre falamos: vamos defender a agricultura! Vamos fazer! Vamos ajudar! A argumentação que se tem aqui para não aprovar esse projeto de lei, é uma argumentação completamente equivocada, deputado Alborghetti. Não teremos condições de falar em defesa dos pequenos produtores, se rejeitarmos esse projeto. Não será possível, deputado Colombo, não aprovarmos o projeto no momento em que o Paraná respira agroindústria, em que pequenos produtores fazem o possível para colocar nas suas pequenas propriedades a industrialização dos seus produtos. O que se quer com o projeto é apenas e tão somente que haja a descentralização, melhorando a condição dos nossos produtores, de ter a possibilidade de montar, lá, a sua indústria de salame, queijo, doce, fruta, de qualquer transformação que haja, de produtos de origem animal ou vegetal.

A argumentação do governo, para o veto, é que estamos indo contra a lei federal, porque não queremos o registro de inspeção. Ora, não é possível a comercialização sem o registro de inspeção! Estão equivocados na sua argumentação.

É um projeto que não podemos, em um final de tarde simplesmente, em um voto conjunto de veto, como se fosse apenas mais um veto. Não!

Este projeto não foi feito por nós! Foi feito por todas as entidades, que discutiram aqui na Assembléia. É apenas e tão somente uma cópia daquilo que acontece em Santa Catarina, que é um Estado, hoje, que tem dado exemplo na agroindustrialização. Como é que não vamos aprovar, aqui, na Assembléia? Não é possível isso!

Então, faço um apelo ao líder do Governo, se for de comum acordo, para a derrubada do veto, muito bem! Senão, acho que deve ser retirado, sim, para que possamos, em uma próxima oportunidade debater e discutir esta questão, porque a argumentação que está, aqui, volto a repetir, é uma argumentação mal entendida sobre o projeto. Não tem absolutamente nada a ver com o projeto, é uma argumentação que se deu.

Então, pode-se vetar por outra razão, mas não pela razão colocada aqui no arrazoar do Governo, que levou o governador a vetar o presente projeto.

Pode ter certeza absoluta, deputado Luiz Carlos Alborghetti, se nós queremos falar no pequeno produtor que é hoje praticamente um segmento em extinção da nossa agricultura, nós não poderemos falar se nos furtamos de aprovar esse projeto.

Então, solicito à presidência que retire da pauta esse projeto, esse veto, para que possamos discutir com maior profundidade a questão, porque obviamente nós não podemos votar em bloco e também não podemos imaginar tantos outros vetos sendo analisados aqui. Acho

que justamente existe isso, o veto vem para ser reanalisado o projeto.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Diante do apelo feito pelos deputados que se manifestaram em relação à retirada dessa proposição da Ordem do Dia, nós consultamos a Plenária se, primeiro, aceitamos o requerimento.

Os deputados que aceitam o requerimento permaneçam como estão. Nós aceitamos o requerimento.

Agora está em votação o requerimento nº 3529, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões do item 02, Proposição de Veto nº 058/2001, Projeto de Lei nº 052/99, da presente Sessão-Extraordinária. **Aprovado.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Só para esclarecimento, senhor presidente, na reunião ordinária discutimos sobre uma Comissão Parlamentar de acompanhamento à greve das universidades estaduais, e eu citei aqui o nome do Moysés Leônidas como autor do requerimento que teria solicitado essa comissão.

Realmente houve um equívoco de minha pessoa, o autor é o Ricardo Maia. Desculpe deputado, ter mencionado o seu nome, é que a informação que tínhamos é que quando os três deputados estiveram presentes já estavam em nome de uma Comissão que estaria acompanhando a negociação de greve.

Cito aqui, a título de esclarecimento, o autor é o Ricardo Maia, mas segue a preocupação se essa Mesa nomeou os demais deputados para participar desta comissão ou não, porque o PT não foi convidado, pelo que me consta, nem o PMDB, nem PDT, que aqui foram mencionados, não constam nessa Comissão.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Quero deixar registrado aqui a atitude de V. Exa., deputada, a quem respeito muito, porque é uma atitude bonita que não é comum em todas as pessoas.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós temos sobre a mesa um requerimento subscrito pelo deputado Durval Amaral, que pede a votação em bloco dos demais projetos.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a obrigatoriedade da disciplina de filosofia na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG nº 186/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 082/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 317/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir “a filosofia como disciplina obrigatória na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná, necessária ao exercício da cidadania”.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento por ter sido, pela forma como está posto, desnecessário e contrário aos superiores interesses do ensino, conforme assevera a Secretaria de Estado da Educação em sua manifestação, que é, em parte, adiante transcrita:

“Seguindo o espírito da LDB e das diretrizes curriculares do Ensino Médio, que, em nenhum momento, determinam que Filosofia seja obrigatoriamente disciplina específica do currículo, a SEED estabeleceu que os estabelecimentos de ensino têm autonomia para fazer sua proposta curricular, podendo optar por conteúdos de Filosofia na área de Ciências Humanas e suas tecnologias, num tratamento interdisciplinar e contextualizado, ou como disciplina.

Portanto, a legislação e as diretrizes educacionais vigentes já estabelecem a obrigatoriedade do ensino de conhecimentos de filosofia, seja como disciplina incluída na parte diversificada do currículo, seja como tema transversal, dentro da base nacional comum.

Pelo exposto, essa lei é desnecessária.

Entende esta Secretaria que as alternativas existentes são suficientes para permitir ao educando acesso aos conhecimentos de Filosofia, reconhecidos como essenciais para o pleno exercício da cidadania”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 317/99 encontra-se publicado no DA nº 052/2001, de 07/05/2001, em redação final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 053/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a obrigatoriedade da disciplina de Filosofia na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento à Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 066/2001 - veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 311/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência e dá outras providências. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 257/2001

Curitiba, 10 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 112/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 311/99, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o “provimento de cargos e empregos públicos, nos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, obedecido o princípio do concurso público e provas ou de provas e títulos, far-se-á com reserva de percentual de até 5% (cinco por cento) para pessoas portadoras de deficiência”, assim como sobre outras providências. O veto parcial apostado recaiu sobre o parágrafo 1º, do artigo 1º.

A negativa de sanção ao mencionado parágrafo deve-se ao fato de as disposições nele contidas terem sido consideradas desnecessárias, tendo em vista que os demais procedimentos previstos na pretendida medida legal dispensam a formalidade que o texto vetado buscava, para cumprimento no ato da inscrição em concursos públicos.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATI

Governadora em exercício

(O Projeto de Lei nº 311/99, encontra-se publicado no DA nº 064/99, de 09/06/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 66/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta parcialmente o Projeto de Lei nº 311/99, de autoria do nobre deputado Antônio Carlos Belinati, que dispõe sobre a reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se o cumprimento do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71 da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável ao encaminhamento desta proposição-veto para a apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 071/2001, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 015/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2001, que altera dispositivos do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 272/2001

Curitiba, 25 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 194/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei Complementar nº 015/2001, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná). O veto parcial apostado incidiu sobre as disposições do inciso V, do artigo 245, previsto no artigo 21, do presente Projeto de Lei.

A negativa de sanção ao mencionado inciso V, do artigo 245, deve-se ao fato de as disposições nele contidas terem sido consideradas contrárias aos superiores interesses públicos, conforme as adiante transcritas e por

mim endossadas manifestações do Departamento da Polícia Civil e Secretaria de Estado da Segurança Pública, das quais faço as razões fundamentais do veto parcial ora aposto:

“Referido dispositivo não constou da mensagem governamental respectiva, podendo, outrossim, ser incorporado em norma regimental, atualmente em fase de últimação de estudos, posto que a sua inserção expressa no ato instaurador do processo disciplinar implicaria em erigir provável incidente processual, de que se aproveitaria circunstancial e unicamente o próprio infrator, em suas pretensas alegações de defesa.

A celebridade processual, por sua vez, estará assegurada a teor da alteração do artigo 251, com o acréscimo do parágrafo 2º, que estabelece a responsabilização da autoridade processante ou membro da Comissão Disciplinar, pela não observância dos prazos previstos no “caput” do mesmo artigo que prevê “trinta dias contados da citação do acusado, para a conclusão do processo disciplinar, prorrogável até noventa dias no máximo, o que permite prescindir-se do aludido “inciso V do artigo 245”.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 015/2001, encontra-se publicado no DA nº 002/2001, de 19/02/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 071/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta parcialmente o Projeto de Lei nº 015/2001, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar dispositivos do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento a Plenário.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 073/2001, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do deputado Péricles de Mello, que autoriza o Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa de cédula de identidade às pessoas com renda mensal de até três salários mínimos. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 279/2001

Curitiba, 01 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 134/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, o Projeto de Lei nº 207/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de expedição da cédula de identidade as pessoas com renda mensal de até três salários mínimos.

O projeto de lei em referência não foi acolhido porque, implicando em redução de receita, pela isenção que concede, afronta o artigo 14 e seguintes, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Por outro lado, vale ressaltar que o artigo 9º, inciso III, da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, isenta as pessoas comprovadamente pobres, do pagamento da taxa de segurança.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 207/99, encontra-se publicado no DA nº 033/99, de 27/04/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 073/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do nobre deputado Péricles de Mello, que autoriza o Poder Executivo, a isentar o pagamento da taxa da cédula de identidade as pessoas com renda mensal de até 03 salários mínimos.

Chamada esta comissão a manifestar-se, verificou-se o cumprimento do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71 da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, ao encaminhamento desta proposição-veto para a apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Em votação.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Um comunicado à Casa: os advogados Daniel Ferreira, e Tania Kizik, entraram com uma ação junto à Pro-

motoria de Justiça, de Defesa do Patrimônio Público e consequentemente ajuizaram uma ação junto ao Poder Judiciário, pedindo evidentemente o cancelamento pelas ilegalidades apontadas no contrato da Tradener com a Copel, e a notícia que eu tinha dado anteriormente se confirma, o juiz suspendeu contrato da Tradener; o seu pedido era pela nulidade do contrato e também do leilão da Copel. O juiz, entendendo a ilegalidade, suspendeu o contrato da Tradener e ainda analisa talvez até a possibilidade de suspensão do leilão da Copel.

É o comunicado que eu quero fazer à Mesa.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Só para orientar a nossa Bancada que nós devemos votar “sim” mantendo os vetos para os deputados da Base de Sustentação política ao Governo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Gostaria de fazer um apelo, privilegiando sobretudo a proposta do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o ensino de Filosofia no Ensino Médio do Paraná, além das propostas do deputado Péricles de Mello, com relação à facilitação da emissão de cédulas de identidade.

Voto NÃO para a derrubada do veto, porque o governo não quer o avanço do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados para votação)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Trinta e oito senhores deputados votaram.

Dezenove, com a cédula SIM;

Dezenove, com a cédula NÃO.

Ficam mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 058/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 052/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi e outros, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesaniais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar, no Estado. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Carlos Simões, acima aprovado, fica adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, da Proposição nº 058/2001, Veto Apostado ao Projeto e Lei nº 052/99.

OF/CTL/SEEG/ Nº 192/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 067/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando das atribuições conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto

no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 052/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer normas sanitárias para elaboração e comercialização de produtos agroartesaniais de origem animal, e vegetal, oriundo da agricultura familiar no Estado Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência deve-se ao adiante transcrito parecer da Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento, cujos termos endosso, considerando a medida contrária aos superiores interesses públicos, porque afronta a legislação sobre a matéria, inclusive a originária da União Federal:

“Segundo entendemos, o Projeto de Lei nº 052/99 aprovado pela Assembléia Legislativa, afronta totalmente a Lei nº 7889/89 (Federal), a Lei nº 10799 (Estadual) e o Decreto nº 3.005/2000, uma vez que qualquer instalação, local ou dependência, incluídas suas máquinas, equipamentos e utensílios, no qual são produzidas matérias primas ou são abatidos animais de açougue e silvestres, bem como onde são recebidos, manipulados, beneficiados, elaborados, preparados, transformados, envasados, acondicionados, embalados, rotulados, depositados e industrializados, com a finalidade comercial ou industrial, os produtos ou subprodutos derivados, comestíveis ou não, da carne, do leite, dos produtos agrícolas, do ovo e do pescado, independente se for obtido de forma artesanal ou não, deverão ser obrigatoriamente registrados em um dos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de acordo com a área de comercialização, ou seja: Serviço de Inspeção Municipal para aqueles que irão comercializar somente no município, Serviço de Inspeção Estadual para os que terão comércio intermunicipal e Serviço de Inspeção Federal para os que realizarão comércio interestadual.

Para a obtenção do registro em um destes serviços, não é levado em consideração o volume de produção e sim, instalações condizentes e o uso de boas práticas de fabricação, a fim de que o produto final esteja isento de agentes patogênicos capazes de colocar em risco a saúde do consumidor.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 052/99 encontra-se publicado no DA nº 044/2001, de 24.04.2001, em redação final)

PROPOSIÇÃO-VETO Nº 58/2001
SOBRE VETO AO PROJETO DE LEI Nº 052/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, objeto de veto do governador, dispõe sobre as normas sanitárias para a ela-

boração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos de agricultura familiar, no Estado do Paraná e adota outras providências.

O Poder Executivo vetou o projeto em tela, haja vista seu afrontamento com o estatuído na Lei Federal nº 7889/98, a Lei Estadual nº 107/99 e o Decreto nº 3005/2000.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 24, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 015, 018/2000, 054 e 072/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nº 032 e 033/2001.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do senhor deputado Luiz Accorsi e com a presença dos seguintes deputados: Antonio Carlos Belinati, Cleiton Kielse Crisóstomo, Renato Gaúcho, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 447/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Fernando Ribas Carli - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 290/99 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Fernando Ribas Carli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 136/2001 de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 155/2001 de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do deputado Renato Gaúcho - APROVADO; 05) Projeto de

Lei nº 305/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 073/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 429/2000 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 142/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Fernando Ribas Carli - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 310/2000 de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Osmar Prestes, secretário esta Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 051/2001

exonerar, a pedido, HERÁCLITO MACHADO SÂNDANO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, EM 01.02.2001

(Prot. nº 850 /2001).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 052/2001

I - exonerar, a pedido, LUCIMAR GRANVILLE BRIZOLA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º fevereiro de 2001;

II - prover, ELIZABETH REGINA COZZER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 981/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 053/2001

I - exonerar, a pedido, RANGEL RONEI SCUISIATTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, ROGÉRIO RENÉ SCUISSIATTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Antônio Carlos Belinati, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 054/2001

I - prover, CASSILDA SENOSKI DE AZEVEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, MARCELO SENOSKI DE AZEVEDO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

III - prover, PEDRO PAULO DE DEUS FRANÇA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 055/2001

I - prover, SILVANA JOLY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, APARECIDA PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, MÁRCIA OTÍLIA TURECK, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IV - prover, CLEUZA ALICE FERRARI, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 056/2001

I - exonerar, a pedido, ELISA GOMES SATYRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, ALYSSON TOBIAS LEMOS DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

III - exonerar, a pedido, ROMEU JOSÉ DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabi-

nete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IV - prover, ANDRÉ PAULINO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Moysés Leônidas, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

V - prover, JÚLIA PONTES GATTI, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VI - prover, LUCIANO KNIEBEL DE OLIVEIRA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VII - prover, CLÁUDIA SEABRA CILENTO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VIII - prover, DARZIZA DE OLIVEIRA OGATA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IX - prover, JÚLIO CÉSAR MENDES DA PENHA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

X - prover, LUCINEIDE MORAES DA SILVA ARAÚJO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSB, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.02.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 057/2001

I - exonerar, a pedido, VOLMAR DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, GRAZIELLY POLINGER ANDROCHECHEN, do cargo em Comissão símbolo 4-C, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

III - exonerar, a pedido, JORGE DA SILVA FREITAS, do cargo em Comissão símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IV - prover, ABIMAELO DO VALE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

V - exonerar, a pedido, MARIA HELENA FERREIRA DIAS, do cargo em Comissão símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VI - prover, ADÉSSIO BÚFALO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VII - exonerar, a pedido, ARÉZIO GARCIA DE CAMPOS, do cargo em Comissão símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VIII - prover, ARÉZIO GARCIA DE CAMPOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IX - exonerar, a pedido, GILBERTO GARCIA DE CAMPOS, do cargo em Comissão símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

X - prover, VOLMAR DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

XI - prover, GILBERTO GARCIA DE CAMPOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XII - prover, GRAZZIELLY POLINGER ANDROCHECHEN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

XIII - exonerar, a pedido, ANTÔNIO FRANCISCO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

XIV - prover, CLÁUDIA PEDRO BOM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

(Prots. nºs 1037 e 1068)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.02.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 058/2001

I - exonerar, a pedido, JOÃO BEDNARSKI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, CLAUDEMIR JOSÉ FREIRE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

reio de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, ZULEIDE TEREZINHA MACARI, do cargo em Comissão, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IV - prover, ZULEIDE TEREZINHA MACARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

V - prover, SÉRGIO JOÃO KAUPKA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VI - exonerar, a pedido, SANDRO MARCELO ARRUDA, do cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VII - prover, SANDRO MARCELO ARRUDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VIII - exonerar, a pedido, VALDETE APARECIDA DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IX - prover, VALDETE APARECIDA DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

(Prots. nºs 1048, 1049 e 1057/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 059/2001

I - exonerar, a pedido, ROSANA CRISTINA BARBOSA CAVALCANTI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, NORMA SUELI CORRÊA DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 1066/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 060/2001

I - exonerar, a pedido, THAÍS MICHELE FERNANDES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, IVO FERREIRA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

III - prover, ROBSON TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do gabinete do deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IV - exonerar, a pedido, JOSÉ ABRÃO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

V - prover, NATALINA DA CUNHA SPADA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - exonerar, a pedido, JÚLIO CÉSAR LAVANDOSKI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VII - prover, LUIZ ABI ANTOUN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Beto Richa, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em

Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 061/2001

I - exonerar, a pedido, NASSER ABDEFI ZOGO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

I - exonerar, a pedido, FÁBIO ALVES DO AMARAL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.02.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA

Presidente em exercício

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário